



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORA MÁRCIA FARIAS

OFÍCIO Nº 045/2016-MF
Ref.: Processo nº 37.219/2016-e

Brasília-DF, 12 de dezembro de 2016.

Senhor Conselheiro,

Informo a Vossa Excelência que este MPC/DF recebeu denúncia, por meio eletrônico, acerca de possível irregularidade contida nos subitens 3.2.3 e 3.2.5 do Edital nº 35/DGP-PMDF – Concurso Público de admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal (CFOPM), nos seguintes termos:

“Ref.: Edital nº 35/DGP – PMDF URGENTE (...), vem, respeitosamente NOTICIAR GRAVE IRREGULARIDADE no edital em Edital nº 35/DGP da Polícia Militar do Distrito Federal. A Polícia Militar do Distrito Federal, por meio do CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, TORNOU PÚBLICA a abertura de inscrições e estabelece normas relativas à realização do concurso público de admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal por meio do Edital nº 35/DGP. O presente certame destina-se a selecionar 50 (cinquenta) candidatos, da seguinte forma: 45 (quarenta e cinco) candidatos do sexo masculino e 5 (cinco) candidatas do sexo feminino para admissão no 1º (primeiro) ano do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM), destinando-se 3 (três) vezes o número de vagas para formação de cadastro de reserva, que será organizado pelo Instituto Americano de Desenvolvimento (Iades).”

Excelentíssimo Senhor
MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO
Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal
Brasília – DF



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORA MÁRCIA FARIAS

Versa o referido edital, quando a descrição dos requisitos para ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar, o que segue: 3 DOS REQUISITOS 3.1 (...) 3.2 DOS REQUISITOS GERAIS 3.2.1 (...) 3.2.2 (...) 3.2.3 Apresentar, até a data de inclusão na PMDF, diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação. 3.2.4 (...) 3.2.5 Ter, no máximo, 30 (trinta) anos de idade até a data da inscrição no concurso público, em conformidade com as Decisões Nos 4657/2010, 2759/2011 e 2001/2016, do Tribunal de Contas do Distrito Federal. (grifo)

Diante da regra edilícia transcrita, há a necessidade de que o candidato tenha formação em qualquer curso superior e idade máxima de 30 (trinta) anos. Segundo o edital em tela, as exigências lá contidas são baseadas nas decisões da Corte de Contas do Distrito Federal – TCDF, trazendo à baila a respeitável decisão daquele Tribunal de Contas. In Verbis

Decisão 2001/2016 CONCURSO PÚBLICO. IDADE MÁXIMA PARA INGRESSO NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. DATA DE INSCRIÇÃO NO CONCURSO. II. firmar entendimento de que a comprovação do requisito etário, estabelecido nos arts. 11 das Leis n.ºs 7.479/1986 (CBMDF) e 7.286/1984 (PMDF), deve ocorrer no momento da inscrição no concurso público. (grifo) Neste sentido, há de se destacar que a decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal apenas remete aos ditos da lei. Põe-se, então, a vista o que diz a legislação em destaque. LEI No 7.289, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1984. (...) Art. 11. Para matrícula nos cursos de formação dos estabelecimentos de ensino da Polícia Militar, além das condições relativas à nacionalidade, idade, aptidão intelectual e psicológica, altura, sexo, capacidade física, saúde, idoneidade moral, obrigações eleitorais, aprovação em testes toxicológicos e suas obrigações para com o serviço militar, exige-se ainda a apresentação, conforme o edital do concurso, de diploma de conclusão de ensino superior, reconhecido pelos sistemas de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal. (Redação dada pela Lei nº 12.086, de 2009). § 1º A idade mínima para a matrícula a que se refere o caput deste artigo é de 18 (dezoito) anos, sendo a máxima de 35 (trinta e cinco) anos, para o ingresso nos Quadros que exijam formação superior com titulação específica, e de 30 (trinta) anos nos demais Quadros, não se aplicando os limites máximos aos policiais militares da ativa da Corporação. (Redação dada pela Lei nº 12.086, de 2009). (grifo) § 2º Os limites mínimos de altura para a matrícula a que se refere o caput são, com os pés nus e a cabeça descoberta, de um metro e sessenta e cinco centímetros para homens e um metro e sessenta centímetros para mulheres. (Incluído pela Lei nº 11.134, de 2005) § 3º Ato do Governador do Distrito Federal regulamentará as normas para a matrícula nos estabelecimentos de ensino da Polícia



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORA MÁRCIA FARIAS

Militar, mediante proposta de seu Comandante-Geral, observando-se as exigências profissionais da atividade e da carreira policial. (Incluído pela Lei nº 11.134, de 2005). (grifo) Ora, não requer muito esforço hermenêutico entender que o próprio ESTATUTO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, Lei 7.289/84, em seu art. 11, determina que: i) Idade mínima 18 (dezoito) anos- § 1º do art. 11; ii) Idade máxima 35 (trinta e cinco) anos nos Quadros que exijam graduação específica - § 1º do art. 11; iii) Idade máxima de 30 (trinta) anos nos demais Quadro - § 1º do art. 11; e iv) Que Ato do Governador do Distrito Federal estabelecerá as regras para a matrícula nos estabelecimentos de ensino da PMDF - § 3º do art. 11. Como visto no § 3º do art. 11 da Lei 7.289/84, já transcrito, será Ato do Governador do Distrito Federal que definirá as normas para a matrícula nos estabelecimentos de ensino da Polícia Militar. Assim, em cumprimento a ditame de normativo federal, o poder executivo distrital fez publicar Decreto pautando os requisitos para o ingresso nos Quadros da Polícia Militar. Vejamos: DECRETO Nº 29.946, DE 14 DE JANEIRO DE 2009 DODF de 15.01.2009 Dispõe sobre as normas para a matrícula nos estabelecimentos de ensino da Polícia Militar. O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, do artigo 11, da Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984, alterada pela Lei nº 11.134 de 15 de julho de 2005, c/c o disposto no artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA: Art. 1º. Para matrícula nos Cursos de Formação nos estabelecimentos de ensino policial-militar, além das condições relativas à nacionalidade, idade, aptidão intelectual e psicológica, altura, sexo, capacidade física, saúde, idoneidade moral, obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, ao serviço militar, é necessária aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos e em testes toxicológicos. Art. 2º. Para o Curso de Formação de Oficiais será exigida a apresentação de diploma, devidamente registrado, de curso superior de graduação em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação. § 1º. A idade mínima para matrícula no Curso de Formação de Oficiais é de 18 (dezoito) anos, sendo a máxima de 35 (trinta e cinco) anos. § 2º. O Curso de Formação de Oficiais terá duração de 02 (dois) anos. § 3º. No curso de que trata o parágrafo anterior, será realizado estágio supervisionado, no âmbito das unidades da Corporação, o qual integrará a grade curricular de formação profissional e terá duração mínima de 4 (quatro) meses. Art. 3º. Para o Curso de Formação de Soldados, será exigida a apresentação de diploma, devidamente registrado, de curso de nível superior de graduação em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação. § 1º. A idade mínima para matrícula no Curso de Formação de Soldados é de 18 (dezoito) anos, sendo a máxima de 30 (trinta) anos. Art. 4º. Os limites mínimos de altura para matrícula a que se refere o art. 1º são, com pés nus e a cabeça descoberta, de um metro e sessenta e cinco centímetros para



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORA MÁRCIA FARIAS

homens e de um metro e sessenta centímetros para mulheres. Art. 5º. O Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal deverá adotar as providências administrativas para o fiel cumprimento do presente. Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 28.682, de 15 de janeiro de 2008. Art. 7º. As normas constantes do art. 2º do presente Decreto não deverão ser aplicadas aos processos seletivos ainda em andamento, para fins de ingresso e matrícula no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, devendo, nesse caso, serem aplicadas as normas vigentes na data de lançamento do edital de abertura do referido concurso público. Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Imperioso destacar que a norma Distrital não fere o disposto na Lei Federal, ao invés, a cumpri. Diante de simples leitura do texto do Decreto 29.946 de 2009, norma vigente e em pleno gozo de efetividade, depreende-se que: i) Para ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar é necessário ter formação específica em Direito; ii) A idade máxima para ingresso no Quando de Oficiais da Polícia Militar é de 35 (trinta e cinco) anos; iii) Para ingresso no Quadro de Praças da Polícia Militar é necessário ter formação em qualquer área de nível superior; iv) A idade máxima para ingresso no Quando de Praças da Polícia Militar é de 30 (trinta) anos; Logo, para matrícula em estabelecimento de ensino da Polícia Militar no curso de Oficial é OBRIGATÓRIO a apresentação de diploma de curso superior de graduação em Direito. Como efeito desta exigência, por reflexo, a idade máxima de matrícula será de 35 (trinta e cinco) anos. Assim, torna-se gritante o descompasso entre a exigência contida no edital nº 35/DGP – PMDF (graduação genérica + idade máxima de 30 anos) e os requisitos impostos por ato normativo (graduação em Direito + idade máxima de 35 anos). Pois, segundo a Lei 7.289/84 (Estatuto da PM) o requisito da idade de 35 (trinta e cinco) anos deve exigível quando o cargo exigir graduação específica. Combinado a isso, o Decreto 29.946/09, norma específica e destinada ao cumprimento da mencionada lei federal, determina que o ingresso no Quadro de Oficiais está condicionado a apresentação de graduação em Direito. Outro fator interessante é o disposto no art. 7º do Decreto 29.946/09, lá há expressa proibição da aplicação do art. 2º daquela norma ao certame em curso no período de sua publicação, mas devendo ser aplicado nos concursos seguintes. O que é o caso! Como se não bastasse, o Decreto em questão, no art. 2º, parágrafo segundo, determina que o curso de formação seja de 2 (dois) anos, mas o edital em questão, novamente ignorando esta norma, diz que o curso de formação será de 3 (três) anos. Vejamos: 22.3 O CFOPM, de caráter eliminatório, funcionará na Escola de Formação de Oficiais (EsFO) da Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB), e terá a duração de 3 (três) anos, com regime de dedicação integral e atividades escolares extraclasse, podendo inclusive, serem realizadas após as 18 (dezoito) horas, bem como atividades aos sábados, domingos e feriados. Desnecessário tecer qualquer outro comentário quanto a



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORA MÁRCIA FARIAS

economicidade para a Administração. Note que há no Edital um notório desconhecimento com o conjunto normativo que regula tais fatos. Assim, ou o ato convocatório está acima da legislação e, por isso, inovando no ordenamento, ou um flagrante desrespeito às leis aplicáveis a Polícia Militar. Em fase disso, a exigência contida no edital nº 35/DGP – PMDF, em seus itens 3.2.3 e 3.2.5 não podem prosperar. Neste sentido, o NOTICIANTE apresentou instrumento administrativo próprio arguindo tal ilegalidade ao Instituto Americano de Desenvolvimento (Iades) que analisaria em conjunto com a Polícia Militar. Contudo, a resposta a impugnação versa sobre fatos não pontuados pela peça impugnatória, apontando como se o objetivo fosse a possibilidade de um policial militar sem a limitação etária. Por óbvio, a referida peça, por ser mal analisada, fora indeferida e findando os mecanismos administrativos de solução. Em face disso, surge a necessidade de buscar do amparo deste Ministério Público, pois a manutenção de tais exigências fere o princípio da legalidade. Por fim, na esperança da imediata manifestação desta Procuradoria. (...)”

No TCDF, identifiquei o processo em referência, do qual Vossa Excelência é relator, o qual cuida da análise do referido edital, cuja irregularidade constante da denúncia não foi apontada pelo órgão técnico do TCDF.

Assim, encaminho a Vossa Excelência a referida denúncia, para conhecimento.

Atenciosamente,

MÁRCIA FARIAS
Procuradora